



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



LEI Nº 2.513/2024, DE 22 DE JANEIRO DE 2024.

Autoriza ao Poder Executivo a realizar contratação temporária de servidores, em caráter emergencial e excepcional interesse público.

ALBERTO CERVINSKI, Vice-Prefeito no exercício do Cargo de Prefeito Municipal de Paim Filho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei Orgânica do Município,

Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar servidores por tempo determinado, para atender necessidade temporária de pessoal e de excepcional interesse público, nos termos previstos na Constituição Federal.

Parágrafo Único. As contratações a que se refere este artigo atenderá especificamente situação de emergência em vista da demanda existente no serviço público.

Art. 2º Poderão ser contratados servidores conforme descrição no quadro a seguir.

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
01	Monitor de Educação Especial	40h
01	Monitor de Educação Infantil	40h
01	Professor de Ensino Fundamental séries finais Geografia	20h
01	Professor de Ensino Fundamental séries finais Letras/Espanhol	20h

§ 1º As contratações a que se referem este artigo atenderão especificamente situação de emergência no atendimento integral das demandas da Educação no Município e serão efetuadas com base em resultado de processo seletivo simplificado, cuja remuneração será a prevista para os cargos no respectivo plano de cargos e salários.

§ 2º As contratações dos servidores autorizados neste artigo, serão pelo período de 06 (seis) meses, podendo haver prorrogação, até o término do ano letivo, caso permaneça a necessidade junto a Educação do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Art. 3º As contratações a que se refere a presente Lei poderão ser canceladas a qualquer momento atendendo a demanda organizacional ou ao interesse público.

Art. 4º Para atender preceito e cumprimento da Legislação Municipal os servidores contratados nos termos desta Lei, ficarão vinculados ao Regime de Previdência do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 5º Para fins de atendimento das disposições da presente Lei fica autorizada à abertura de crédito adicional, a ser efetivado através de Decreto do Executivo e por transposição de dotações.

Art. 6º As disposições desta Lei ficam inclusas no Plano Plurianual e LDO do presente exercício.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PAIM FILHO,
22 DE JANEIRO DE 2024.

Registre-se e Publique-se

Oeliton Antunes Moraes,
Assessor de Planejamento.

ALBERTO CERVINSKI
PREFEITO MUNICIPAL
Em exercício.